

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
REQUERIMENTO Nº , DE DE MAIO DE 2012
(Da Sra. ROSANE FERREIRA)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir incentivos à indústria de reciclagem.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir incentivos à indústria de reciclagem.

Para tanto, sugere-se que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- representante do BNDES;
- representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente;
- representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e
- representante das indústrias de reciclagem.

JUSTIFICATIVA

A Lei 12.305, sancionada em 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Foi um marco na história do país e um salto evolutivo no que se refere ao desenvolvimento sustentável. O PNRS determina

diretrizes de ação, estratégias e metas, além de estabelecer o gerenciamento ambiental adequado para os resíduos sólidos.

Deve-se considerar que, na atualidade, a questão dos rejeitos é um dos grandes problemas dos centros urbanos. Com a presença de 85% da população nas cidades, a sua produção conflita diretamente com a qualidade de vida. Como lidar com eles? - perguntam-se diariamente os dirigentes municipais. Em muitos casos, apela-se para os lixões. Outros, para a coleta seletiva, para campanhas de redução de consumo, reciclagem e reutilização e criam parcerias com empresas de reciclagem. Raras cidades conseguiram um mínimo de eficiência no tratamento do lixo. E os lixões - com todos os danos ambientais e sociais que representam - continuam sendo a solução soberana para o caso. Exatamente por isso, a Lei dos Resíduos Sólidos adotou uma posição radical, mas necessária: os 3 mil lixões existentes hoje devem ser extintos até 2014.

Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), no Brasil são coletadas 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos por dia, sendo que a matéria orgânica representa 51,4% e apenas 31,9% é composto de material reciclável (alumínio, plásticos, papel, aço, metais e vidro). Plástico e papel representam 26% deste total.

Ao se tratar de reciclagem, porém, devemos considerar não apenas os resíduos sólidos, mas o total de rejeitos que podem ser reciclados e, portanto, podem gerar emprego e renda.

De fato, temos agora uma solução para o antigo “problema” do lixo. O que era “lixo” agora é “rejeito” e pode ser a matéria-prima de grandes ou pequenos negócios. Mas como viabilizar esses negócios? Como garantir o fornecimento de matéria-prima - os rejeitos - necessária para a sua operação? São questões que os empresários do setor estão resolvendo.

O foco da audiência proposta é exatamente sobre um dos grandes entraves para quem pretende investir em reciclagem: como garantir recursos e benefícios fiscais para empresas que pretendem investir neste setor? Uma resposta pode ser a diferença entre a existência ou não da empresa. E, afinal, se o setor de reciclagem é tão importante para sociedade, acreditamos que deveriam existir linhas de crédito especiais, benefícios fiscais ou assemelhados, que servissem, de fato, como incentivo à expansão dessas indústrias. O objetivo desta audiência é exatamente clarear a questão, averiguar o que existe hoje e, se for o caso, ouvindo os especialistas, propor saídas.

Neste sentido, ao discutir esta situação, as duas comissões promotoras estarão contribuindo para o debate e, mais que isso, para fomentar a indústria de reciclagem no país. A Comissão de Desenvolvimento Urbano,

em especial, estará, mais uma vez, promovendo a discussão sobre um dos temas mais urgentes das cidades, o tratamento dado aos rejeitos. E como a indústria de reciclagem, sabemos, é um dos principais personagens desta questão e parte da solução do problema, nada mais justo que focarmos neste tema.

Cumpramos observar que esta proposta de Audiência Pública surgiu a partir de uma demanda do setor de confecções do Paraná, cujos rejeitos são estimados em 200 toneladas por mês.

Em face do exposto, solicito aos nobres pares que apoiem a realização desta audiência.

Sala das Comissões, de maio de 2012.

DEP. ROSANE FERREIRA

PV/PR